

GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA: ABORDAGENS INTEGRADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

PUBLIC HEALTH MANAGEMENT: INTEGRATED APPROACHES FOR PROMOTING PUBLIC HEALTH

Fabiana Fernandes de Araújo¹ ; Fabiana Barbosa Magalhães Costa²

¹Graduada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Residência em Clínica Médica pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Auditoria em Saúde pela Faculdade Única de Ipatinga, Mestre em Saúde Pública pela Universidad Internacional Iberoamericana UNINI MÉXICO. ²Mestre em Direção Estratégica de Organização de Saúde pela Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO)
E-mail: ffaraujojp@gmail.com

Recebido: 23/07/2024 | Aprovado: 10/04/2024 | Publicado: 17/10/2024

RESUMO: A gestão em saúde pública, no contexto da promoção da saúde coletiva, é uma área complexa que envolve a implementação de diversas estratégias, políticas e práticas destinadas a administrar eficazmente os recursos e serviços de saúde de âmbito público. O presente estudo, conduzido através de uma revisão integrativa de literatura realizada entre os meses de maio e julho de 2023, utilizando as bases de dados SciELO, BVS e Google Acadêmico, teve como objetivo analisar e discutir as principais abordagens adotadas pela gestão em saúde pública para promover a saúde da população como um todo. Dentre os 130 artigos inicialmente identificados, apenas 10 foram selecionados após rigorosa triagem com critérios pré-definidos, compreendendo, assim, a amostra final. A saúde pública, diferentemente do foco em indivíduos isolados, preocupa-se com o bem-estar da coletividade, e, portanto, seu sucesso depende de uma abordagem abrangente e integrada. Nesse sentido, pode-se concluir que as principais estratégias de gestão em saúde pública estão intrinsecamente relacionadas à educação, formação e promoção em saúde, ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde, à prevenção e ao monitoramento de doenças, bem como à realização de pesquisas e ao estabelecimento de parcerias estratégicas para enfrentar os desafios em saúde pública. Essas abordagens, quando implementadas de forma articulada e eficaz, contribuem significativamente para a promoção da saúde coletiva e o fortalecimento dos programas de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde Pública. Saúde Coletiva. Gestão em Saúde. Programas de Saúde.

Public health management, in the context of promoting collective health, is a complex area that involves the implementation of various strategies, policies, and practices aimed at effectively managing public health resources and services. This present study, conducted through an integrative literature review carried out between May and July 2023, using the

SciELO, BVS, and Google Scholar databases, aimed to analyze and discuss the main approaches adopted by public health management to promote the health of the population as a whole. Among the 130 articles initially identified, only 10 were selected after rigorous screening with predefined criteria, thus comprising the final sample. Public health, unlike the focus on isolated individuals, concerns the well-being of the community, and therefore its success depends on a comprehensive and integrated approach. In this sense, it can be concluded that the main strategies of public health management are intrinsically related to education, training, and health promotion, access and quality of health services, prevention, disease monitoring, as well as conducting research and establishing strategic partnerships to address public health challenges. These approaches, when implemented in a coordinated and effective manner, significantly contribute to the promotion of public health and the strengthening of public health programs.

Keywords: Public Health; Collective Health; Health Management; Health Programs.

1 INTRODUÇÃO

A Gestão em Saúde Pública (GSP) representa um campo de atuação fundamental e em constante evolução, voltado para a promoção da saúde e o aprimoramento do bem-estar da coletividade. Por meio de estratégias que se pautam na integração de serviços e abordagens que adotam uma perspectiva holística, seu propósito central é enfrentar os intrincados desafios que afetam amplas comunidades. Nesse contexto, torna-se imperativo compreender a saúde coletiva de maneira abrangente, levando em consideração não apenas as questões biomédicas, mas também os elementos sociais, econômicos, ambientais e comportamentais que exercem influência direta sobre o estado de saúde de uma determinada população (Dermino et al., 2020).

Além disso, é essencial ressaltar que a GSP é fundamental na construção de políticas públicas eficazes, na alocação adequada de recursos e na promoção da equidade em saúde. Para tanto, requer uma análise profunda das necessidades e demandas da sociedade, a fim de direcionar esforços para a prevenção de doenças, a promoção de estilos de vida saudáveis e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à comunidade. A abordagem interdisciplinar e a colaboração entre profissionais de diferentes áreas se fazem cada vez mais necessárias nesse contexto, contribuindo para uma gestão mais eficiente e orientada para o bem comum. Portanto, a GSP não apenas se destaca como uma área acadêmica e profissional vital, mas também como um pilar fundamental na construção de sociedades mais saudáveis e equitativas.

A abordagem integrada na GSP é um dos pilares na construção de uma sociedade mais saudável e resiliente. Por meio da educação em saúde, as comunidades são capacitadas não apenas a compreender os princípios de um estilo de vida saudável, mas também a participar ativamente na gestão de sua própria saúde. Essa capacitação não se restringe apenas ao conhecimento teórico, mas envolve a conscientização sobre fatores determinantes da saúde, como os socioeconômicos e ambientais, e a promoção de práticas de autocuidado.

Além disso, as ações preventivas permitem a identificação precoce de problemas de saúde e a intervenção antes que se agravem. Isso não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas, mas também reduz a sobrecarga sobre o sistema de saúde, liberando recursos que podem ser direcionados para medidas mais efetivas de promoção da saúde. A prevenção, portanto, não é apenas uma estratégia de redução de custos, mas um investimento no bem-estar de toda a sociedade.

A integração de abordagens na GSP é uma abordagem amplamente respaldada pelos profissionais da área, pois reconhecem que a saúde é um fenômeno complexo e multifacetado que não pode ser abordado de maneira isolada. O envolvimento de diversos setores, como educação, habitação, transporte e meio ambiente, é essencial para abordar os determinantes sociais da saúde e promover uma cultura de bem-estar duradoura. Nesse sentido, ajuda na construção de sociedades mais saudáveis e no alcance de objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à saúde e ao bem-estar.

A promoção da saúde coletiva exige uma abordagem inclusiva e equitativa, assegurando que todos os estratos da população tenham igual acesso aos serviços de saúde e oportunidades para alcançar um estado de saúde satisfatório. A participação ativa das comunidades desempenha um papel central nesse processo, possibilitando que as intervenções de saúde sejam direcionadas às necessidades específicas de cada grupo, levando em consideração suas particularidades culturais e sociais (Pires et al., 2022). Além disso, a colaboração entre diferentes setores, como saúde, educação, meio ambiente e assistência social, é essencial para o êxito das abordagens integradas em saúde pública. A integração dessas áreas possibilita uma compreensão mais completa e aprofundada das questões de saúde, bem como a formulação e implementação de políticas mais eficazes. Com uma gestão em saúde pública voltada para a promoção da saúde coletiva, é possível alcançar resultados significativos na melhoria da qualidade de vida de toda a população (Cunha & Mendes, 2021). Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar e discutir as principais estratégias integradas adotadas pela gestão em saúde pública para promover a saúde coletiva.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica que combina a revisão integrativa com a análise de conteúdo, visando aprofundar o entendimento sobre as abordagens integradas utilizadas na gestão em saúde pública para promover a saúde coletiva. De acordo com Botelho et al. (2011), a revisão integrativa é uma técnica que busca a síntese de resultados de estudos prévios, com o objetivo de gerar conhecimento sólido e aplicável, especialmente na área da saúde. Esta metodologia proporciona uma visão ampla e aprofundada do tema em estudo, aproveitando pesquisas já realizadas.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008). Inicialmente, foi formulada uma questão norteadora para orientar a busca por dados relevantes na literatura, fornecendo um direcionamento claro para a investigação. A pergunta norteadora que guiou este estudo foi: "Quais são as principais abordagens integradas adotadas pela gestão em saúde pública para promover a saúde coletiva?"

A seleção dos artigos ocorreu com base em critérios de inclusão e exclusão. Os resultados obtidos foram minuciosamente interpretados e discutidos, culminando na apresentação final da revisão. O método de pesquisa adotado foi qualitativo, conforme descrito por Estrela (2008), permitindo a descrição e compreensão de fenômenos complexos a partir das perspectivas subjetivas dos participantes. Isso proporciona uma visão mais profunda e contextualizada dos aspectos estudados, capturando nuances e aspectos subjetivos essenciais para a compreensão completa do objeto de pesquisa.

Além disso, a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), foi empregada como uma técnica adicional de análise. Essa metodologia tem como objetivo explorar e compreender os cenários e informações para desvendar o verdadeiro significado da pesquisa. A análise de conteúdo compreende três fases distintas: a sistematização das ideias, a exploração detalhada do material coletado e a inferência e interpretação dos resultados, fornecendo uma análise profunda e enriquecedora.

A busca por artigos ocorreu entre junho e agosto de 2023 em bases de dados como Scientific Electronic Online Library (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, este último sendo destacado pela facilidade de acesso a artigos em revistas não indexadas. Os descritores utilizados foram obtidos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e incluíram termos como Saúde Pública, Saúde Coletiva, Gestão em Saúde e Programas de Saúde.

Foram aplicadas variações booleanas como AND e OR de acordo com as bases de dados. Como critério de inclusão, foram considerados apenas artigos em língua portuguesa, publicados entre 2016 e 2023. Os critérios de exclusão incluíram estudos incompletos, repetidos, trabalhos apresentados em eventos e livros. Inicialmente, foram identificados 283 estudos, dos quais 107 atenderam aos critérios de exclusão. Após a revisão dos títulos e resumos, 54 artigos foram descartados. Portanto, 53 estudos foram submetidos à leitura completa, e, após consenso entre os autores, apenas 10 artigos foram selecionados para compor a amostra final, enquanto os demais 44 foram excluídos por não se adequarem ao escopo deste estudo de maneira satisfatória.

A gestão em saúde pública é um campo essencial e complexo que desempenha um papel central na promoção da saúde coletiva e no alcance de melhores resultados em saúde para a população. Ela é norteada por princípios que visam assegurar a eficácia e a eficiência das ações em saúde. Dentre esses princípios, destacam-se a equidade, a integralidade, a universalidade e a participação social. A equidade busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente de sua condição social, econômica ou geográfica (Inácio, 2019).

A integralidade promove uma abordagem holística da saúde, considerando não apenas a cura de doenças, mas também a promoção da saúde e a prevenção de agravos. A universalidade estabelece que o acesso aos serviços de saúde deve ser um direito de todos os cidadãos, sem discriminação (Carvalho & Barbosa, 2010). A participação social envolve a colaboração ativa da comunidade na definição de políticas e na tomada de decisões em saúde, garantindo que as necessidades locais sejam adequadamente atendidas (Jorge et al., 2021).

Os gestores de saúde pública desempenham um papel crítico na coordenação e implementação das políticas de saúde. Eles são responsáveis por planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas à saúde, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficaz e que os serviços de saúde atendam às necessidades da população (Sobra et al., 2017). Os gestores de saúde pública também têm a responsabilidade de estabelecer parcerias com outras instituições e setores para promover abordagens integradas na promoção da saúde coletiva (Vieira, 2016).

A gestão em saúde pública passou por uma evolução significativa ao longo da história. Inicialmente, o foco estava na gestão de hospitais e serviços de saúde, com ênfase na assistência médica curativa (Bispo Junior & Santos, 2019). No entanto, ao longo do tempo, houve um deslocamento para uma abordagem mais ampla que reconhece a importância da prevenção e da

promoção da saúde. A gestão em saúde pública evoluiu para incorporar ações que abordam os determinantes sociais da saúde e promovem estilos de vida saudáveis (Carnaut & Narvai, 2016). Além disso, a gestão em saúde pública tornou-se mais participativa, envolvendo a comunidade na definição das políticas de saúde e na tomada de decisões.

A gestão em saúde pública enfrenta o desafio complexo de abordar os determinantes sociais da saúde e promover o bem-estar coletivo de maneira abrangente e eficaz. Dentro do campo da gestão em saúde pública, diversas abordagens integradas têm sido desenvolvidas e adotadas para lidar com as complexas questões de saúde coletiva. Um exemplo notável é o modelo de Determinantes Sociais da Saúde (DSS), que reconhece que a saúde de uma população é influenciada por fatores socioeconômicos, ambientais e comportamentais (Dias et al., 2017). Esse modelo busca abordar esses determinantes por meio de intervenções que vão além do sistema de saúde, como políticas de educação, habitação e renda.

Outro modelo relevante é o da Promoção da Saúde, que enfatiza a importância da prevenção e do fortalecimento dos recursos individuais e coletivos para a promoção do bem-estar. Ele reconhece que a saúde não se limita à ausência de doenças, mas envolve a criação de condições para que as pessoas vivam com qualidade e equidade (Prestes & Paiva, 2016).

As estratégias integradas na gestão em saúde pública são fundamentais para coordenar ações e recursos de forma eficaz. Isso envolve a integração de serviços de saúde, a cooperação entre diferentes setores (saúde, educação, meio ambiente, entre outros) e a promoção da participação ativa da comunidade (Almeida, 2019).

Um exemplo de estratégia integrada é a criação de redes de atenção à saúde, que buscam conectar os diferentes níveis de cuidados de saúde, proporcionando uma abordagem mais completa e acessível aos indivíduos. Além disso, políticas de promoção da saúde que abrangem várias áreas, como nutrição, atividade física e educação, demonstram a eficácia das estratégias integradas na promoção da saúde coletiva (Dias et al., 2019).

A formulação e implementação de políticas de saúde integradas desempenham um papel crucial na gestão em saúde pública. Essas políticas visam estabelecer diretrizes e metas que promovam a saúde coletiva de forma abrangente e sistêmica. Políticas que abordam questões como a redução das desigualdades em saúde, o acesso universal aos serviços de saúde e a promoção de ambientes saudáveis são exemplos de abordagens integradas. A integração de políticas entre os diversos setores governamentais e a participação da sociedade civil na definição e monitoramento dessas políticas são elementos-chave para o sucesso das abordagens integradas em saúde pública.

A participação comunitária é um elemento essencial na promoção da saúde coletiva e desempenha um papel de destaque na gestão em saúde pública. Essa ação é fundamental na promoção da saúde coletiva, pois envolve os indivíduos diretamente nos processos de tomada de decisões e na definição de políticas de saúde (Fernandes et al., 2017). Essa abordagem reconhece que os membros da comunidade são os principais interessados nos serviços de saúde e que suas perspectivas, necessidades e conhecimentos são valiosos para orientar as ações em saúde.

A participação comunitária contribui para o fortalecimento da responsabilidade social e do controle social sobre as políticas de saúde, promovendo a transparência e a *accountability* no sistema de saúde. Além disso, ela capacita os indivíduos a se tornarem agentes ativos na promoção da saúde, incentivando a adoção de comportamentos saudáveis e a prevenção de doenças (Aquino et al., 2014).

Para efetivamente incorporar a participação comunitária na gestão em saúde pública, diversas estratégias de envolvimento da comunidade podem ser implementadas. Isso inclui a realização de reuniões comunitárias, grupos de discussão, pesquisas de opinião, conselhos de saúde locais e parcerias com organizações da sociedade civil (Bispo Junior & Martins, 2012).

É importante que essas estratégias sejam culturalmente sensíveis e acessíveis a todos os segmentos da comunidade, garantindo a representatividade e inclusão de grupos marginalizados. Além disso, é necessário criar espaços de diálogo e escuta ativa, onde os membros da comunidade se sintam empoderados para expressar suas preocupações e contribuir para a definição de políticas e programas de saúde (NEPOMUCENO, 2010).

A participação comunitária apresenta uma série de vantagens, incluindo o aumento da aceitação das intervenções de saúde, a melhoria da eficácia das políticas e programas, a identificação precoce de problemas de saúde e a promoção da equidade em saúde. Além disso, fortalece a confiança entre os prestadores de saúde e a comunidade, resultando em uma maior adesão às recomendações de saúde (FRACOLLI et al., 2016).

No entanto, a participação comunitária também enfrenta desafios, como a necessidade de recursos adequados, o estabelecimento de relações de confiança, a superação de barreiras culturais e linguísticas, e a garantia de que as vozes de todos os membros da comunidade sejam ouvidas, especialmente aqueles que têm menos poder ou representação (FRACOLLI et al., 2015).

Para integrar eficazmente a participação comunitária nas abordagens de gestão em saúde pública, é fundamental estabelecer mecanismos institucionais que promovam a colaboração

entre a comunidade e os órgãos de saúde. Isso pode envolver a criação de comitês de saúde, a inclusão de representantes da comunidade em órgãos de decisão e a alocação de recursos para projetos comunitários de saúde (SAMUDIO et al., 2017). Além disso, a capacitação da comunidade em educação em saúde e advocacia pode fortalecer ainda mais seu papel na promoção da saúde coletiva. A participação comunitária não deve ser vista como um evento isolado, mas como um processo contínuo e colaborativo que contribui para a construção de sistemas de saúde mais eficazes e orientados para o bem-estar de todos (ALONSO et al., 2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta os estudos incluídos na amostra final, organizados de acordo com o nome do autor e o ano de publicação, bem como o objetivo da pesquisa e os principais resultados alcançados.

Quadro 1-Síntese dos Estudo Incluídos (n = 10).

Nº	AUTOR/ANO	OBJETIVO	PRINCIPAIS ACHADOS
1	Oliveira; Oliveira (2017)	Realizar uma investigação aprofundada através de uma revisão sistemática da literatura dos estudos produzidos nacionalmente sobre a gestão, planejamento e financiamento das ações de saúde no âmbito da Saúde Pública.	Gestão e planejamento enfrentam desafios como falta de autonomia, expertise limitada e necessidade de direcionamento orçamentário específico para cada realidade.
2	Pereira et al., (2021)	Identificar as principais práticas do gestor na resolução de conflitos em serviço de saúde, bem como as principais dificuldades nesse processo.	A inserção precoce de enfermeiros inexperientes na gestão é um desafio para a resolução de conflitos. Investir em especialização em gestão é essencial, mas a falta de reconhecimento e remuneração adequada desestimula a procura por essa formação.
3	Guizardi; Machado; Lemos (2021)	Identificar experiências de apoio institucional no âmbito da Atenção Primária à Saúde.	O método de apoio institucional mostrou potencial para promover práticas e arranjos de gestão

			compartilhada, embora desafios relacionados à cultura organizacional tenham sido identificados.
4	Fernandes; Bordin (2022)	Comparar indicadores de desempenho dos hospitais com gestão por Parcerias Público-Privadas (PPPs) versus hospitais de mesmo porte com outros modelos de gestão vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).	Os resultados não demonstraram superioridade dos hospitais geridos por PPPs em relação a outros modelos de gestão, questionando a concepção de eficiência desse modelo no sistema público de saúde brasileiro.
5	Gleriano; Krein; Henriques (2022)	Refletir acerca das contribuições da avaliação para a gestão do Sistema Único de Saúde no enfrentamento às hepatites virais.	A escassez de estratégias de avaliação específicas para a realidade brasileira afeta a prevenção e o tratamento das hepatites virais, sendo necessária a participação dos atores envolvidos no programa de saúde para promover mudanças no SUS.
6	Miranda et al. (2023)	Desenvolver um índice de priorização para aceleração do cumprimento das metas nacionais de saúde propostas pela Agenda 2030.	O índice sintético de priorização revelou-se útil para a gestão da saúde, destacando regiões com maior vulnerabilidade e a necessidade de alocação de recursos. A análise dos subíndices evidenciou gargalos locais e a importância das decisões municipais na distribuição de recursos.
7	Araújo; Ferreira (2023)	Compreender os elementos que influenciaram no resultado do enfrentamento à pandemia no contexto da gestão em saúde.	Três categorias inter-relacionadas - conjuntura local, contexto organizacional e capacidades estatais - influenciaram o enfrentamento da pandemia, afetando a contenção da doença e seus impactos, refletindo a

			diversidade de políticas adotadas pelos governantes.
8	Aguiar et al. (2023)	Mapear políticas relacionadas à prevenção e ao controle da resistência aos antimicrobianos na perspectiva da saúde humana no Brasil e sistematizar a evolução histórica dessas políticas.	Apesar das diversas políticas existentes, foram identificadas lacunas no monitoramento da utilização de antimicrobianos e na vigilância da resistência, necessárias para avaliar o uso adequado de medicamentos e a detecção precoce de surtos.
9	Faria et al. (2023)	Analisar como o saneamento básico é abordado em instrumentos norteadores das políticas públicas de controle das arboviroses no país.	Lacunas na abordagem do saneamento nos instrumentos norteadores das políticas públicas fragilizam as ações. A falta de definição de responsabilidades e de fontes de financiamento também impacta negativamente as políticas.
10	Araújo et al., (2023)	Compreender o processo de trabalho de equipes da Estratégia Saúde da Família na coordenação do cuidado, ressaltando fatores intervenientes a essa coordenação.	Áreas para melhoria incluem plano de cuidados, alinhamento de condutas e comunicação entre pontos de atenção. A educação permanente pode reorientar o modelo de atenção, promovendo uma atenção integral à população.

Fonte: Autores (2023)

A gestão em saúde pública, como mencionado anteriormente, é um conjunto de práticas e processos essenciais para a efetiva prestação de serviços de saúde à população. Além das atribuições previamente discutidas, é importante destacar que a gestão em saúde pública também desempenha um papel fundamental na garantia da equidade no acesso aos serviços de saúde. Isso significa que a gestão deve trabalhar para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, econômica ou geográfica, tenham igualdade de oportunidades para receber assistência médica de qualidade.

Essa busca pela equidade envolve a implementação de políticas públicas inclusivas, a identificação e redução de disparidades na saúde da população e a promoção da participação da comunidade na tomada de decisões relacionadas à saúde pública. Portanto, a gestão em saúde pública não se limita apenas à eficiência operacional, mas também se compromete com

princípios éticos e sociais que visam garantir a justiça na distribuição dos recursos de saúde (Pessoa et al., 2020).

A gestão em saúde pública e a saúde coletiva, embora distintas em suas abordagens, são interdependentes e complementares na busca pelo bem-estar da população. Enquanto a gestão em saúde pública se concentra nas práticas administrativas e organizacionais para garantir a prestação eficaz de serviços de saúde, a saúde coletiva se dedica à análise e compreensão dos fatores determinantes da saúde em âmbito populacional. Essa abordagem mais ampla da saúde coletiva fornece a base necessária para a tomada de decisões informadas na gestão em saúde pública (Faria et al., 2023).

A integração dessas duas áreas é crucial para o desenvolvimento de políticas e programas de saúde eficazes, que considerem não apenas a qualidade dos serviços de saúde, mas também as necessidades e realidades das comunidades atendidas. Assim, a gestão em saúde pública e a saúde coletiva trabalham em conjunto para promover a saúde e o bem-estar da população, contribuindo para sistemas de saúde mais eficientes e equitativos.

Enquanto a saúde coletiva fornece o arcabouço teórico e a análise das determinantes sociais da saúde, a gestão em saúde pública traduz esses insights em ações concretas (Pires et al., 2019). Isso implica não apenas na administração eficaz dos sistemas de saúde, mas também na implementação de estratégias de prevenção, tratamento e promoção da saúde. Além disso, a gestão em saúde pública é responsável por garantir a acessibilidade e a qualidade dos serviços de saúde, bem como pela distribuição eficiente dos recursos disponíveis (Ainda et al., 2021).

Essa colaboração entre a saúde coletiva e a gestão em saúde pública é essencial para enfrentar os desafios complexos que afetam a saúde da população, buscando soluções efetivas e baseadas em evidências para a melhoria do bem-estar de todos os cidadãos. Dessa forma, a integração dessas duas áreas é fundamental para o desenvolvimento de políticas de saúde mais abrangentes e eficazes.

Diversas abordagens na gestão são empregadas para promover a saúde coletiva, sendo o planejamento estratégico uma das mais destacadas. Através desse processo, são estabelecidas metas claras e ações específicas para abordar de maneira estruturada os desafios de saúde da população, orientando-se por objetivos bem definidos (Gonçalves, Cristina, & Carmo, 2022). Entre as ações e programas passíveis de implementação destacam-se campanhas de vacinação para prevenção de doenças, programas de educação em saúde visando promover hábitos saudáveis, estratégias de controle de doenças crônicas como diabetes e hipertensão, bem como o reforço da atenção primária para assegurar o acesso a cuidados de qualidade. O planejamento

estratégico proporciona à gestão em saúde pública uma abordagem mais proativa e direcionada, otimizando a utilização dos recursos disponíveis e obtendo resultados positivos para a saúde da comunidade (Araújo et al., 2023).

Através de uma alocação eficiente e transparente dos recursos disponíveis, é viável direcionar investimentos para ações e programas que priorizem a prevenção, promoção e tratamento de doenças que afetam a população em larga escala. Ao otimizar a gestão de recursos, a saúde pública é capaz de alcançar resultados mais significativos e assegurar que a população tenha acesso a serviços de saúde de alta qualidade, contribuindo para a promoção da saúde coletiva de maneira sustentável e abrangente (Souza & Fernandes, 2020).

Outra estratégia fundamental na gestão da saúde pública é a participação comunitária, que desempenha um papel essencial na promoção da saúde coletiva. Ao envolver ativamente a comunidade nas políticas e programas de saúde, as ações se tornam mais alinhadas com as necessidades da população, aumentando a adesão e efetividade. A criação de comitês de saúde, realização de reuniões para ouvir as demandas da comunidade, implementação de campanhas específicas e estabelecimento de espaços de diálogo fortalecem a relação entre a população e os serviços de saúde, proporcionando uma abordagem mais inclusiva e centrada na comunidade. Isso contribui de maneira significativa para uma promoção da saúde mais efetiva e sustentável (Araújo & Ferreira, 2023).

A gestão em saúde sempre enfrenta inúmeros desafios relacionados às doenças, e a vigilância epidemiológica emerge como uma importante estratégia. Através da coleta, análise e monitoramento contínuo de dados de saúde, é possível identificar e controlar doenças e agravos à saúde que afetam a população. A vigilância epidemiológica contribui significativamente para a saúde coletiva, possibilitando o monitoramento de surtos de doenças transmissíveis, a investigação de casos suspeitos ou confirmados de doenças, a detecção precoce de epidemias e a elaboração de estratégias eficazes de controle e prevenção (Fernandes & Bordin, 2022).

Além disso, a intersetorialidade desempenha um papel fundamental na gestão em saúde pública. Essa abordagem envolve a colaboração e a integração de diferentes setores governamentais e da sociedade civil para enfrentar os desafios de saúde de forma conjunta e abrangente. A intersetorialidade reconhece que a saúde é influenciada por diversos fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais, e, portanto, exige ações coordenadas em diferentes áreas para promover efetivamente a saúde coletiva (Aguiar et al., 2023).

A intersectorialidade tem como objetivo eliminar as barreiras entre os diversos setores e estabelecer parcerias que facilitem a troca de informações, conhecimentos e recursos, visando à implementação de políticas e programas que tenham um impacto positivo na saúde da população. Por exemplo, ações que englobem educação, meio ambiente, transporte e segurança podem ser integradas para abordar questões relacionadas à promoção de hábitos alimentares saudáveis, estímulo à prática de atividades físicas, controle da poluição e garantia de segurança viária, entre outras (Gleriano, Krein e Henriques, 2022).

Ao promover a intersectorialidade, a gestão em saúde pública pode desenvolver estratégias mais eficazes e sustentáveis para a promoção da saúde coletiva, atuando de forma preventiva e direcionada à melhoria das condições de vida da população. Essa abordagem colaborativa e integrada desempenha um papel fundamental no enfrentamento dos desafios complexos de saúde na contemporaneidade e na construção de uma sociedade mais saudável e resiliente (Guizardi, Machado e Lemos, 2021).

Quando abordamos o campo da saúde coletiva, é imprescindível mencionar a relevância da atenção primária. O fortalecimento da atenção primária, por meio da gestão em saúde, tem o potencial de promover a saúde coletiva devido ao seu foco preventivo e à abordagem holística dos problemas de saúde. Essa abordagem contribui significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde da população em sua totalidade. Além disso, a atenção primária desempenha um papel crucial na identificação precoce de epidemias, surtos e outras situações de saúde pública, o que possibilita uma resposta ágil e eficiente diante dos desafios que afetam a saúde coletiva (Miranda et al., 2023).

A atenção primária é considerada a porta de entrada no sistema de saúde e representa o nível de atenção mais próximo da população. O fortalecimento dessa abordagem implica em melhorar o acesso da população aos serviços de saúde, proporcionando um cuidado mais resolutivo e centrado nas necessidades individuais e coletivas (Nery, 2021).

Nesse sentido, a gestão em saúde pode adotar diversas estratégias para promover uma abordagem eficaz e abrangente. Uma dessas estratégias envolve a capacitação profissional, que desempenha um papel fundamental na melhoria da qualidade dos serviços de saúde. Essa capacitação não se limita apenas à aquisição de habilidades técnicas, mas também abrange aspectos essenciais como a abordagem centrada na pessoa, o enfoque familiar e comunitário, a atenção integral à saúde e o estímulo ao trabalho em equipe interdisciplinar.

É importante ressaltar que a capacitação profissional não deve ser um evento pontual, mas sim um processo contínuo. Profissionais de saúde devem participar regularmente de

programas de atualização e reciclagem para se manterem atualizados com as melhores práticas e as mais recentes descobertas científicas. Além disso, é fundamental que a gestão em saúde acompanhe o desempenho dos profissionais, identificando áreas que necessitam de melhoria e fornecendo apoio adequado para o desenvolvimento de competências necessárias.

Essa abordagem abrangente da capacitação profissional contribui não apenas para aprimorar a qualidade dos serviços de saúde, mas também para fortalecer a promoção da saúde coletiva. Profissionais capacitados estão mais bem preparados para oferecer cuidados de saúde eficazes, prevenir doenças e responder de forma adequada às necessidades da comunidade, contribuindo assim para o bem-estar e a qualidade de vida da população (Oliveira; Oliveira, 2017).

No âmbito da gestão em saúde, é fundamental destacar a importância da abordagem preventiva, que desempenha um papel crucial na promoção da saúde coletiva. Como mencionado anteriormente neste estudo, a prevenção de doenças pode ser vista como uma estratégia inteligente para evitar que problemas de saúde se tornem mais complexos, onerosos e invasivos no futuro.

Na atenção primária à saúde, o foco recai sobre a identificação dos fatores de risco que podem levar ao surgimento de doenças ou agravos à saúde. Por meio de ações educativas e medidas preventivas, os profissionais de saúde buscam minimizar esses riscos, contribuindo para a redução da incidência de enfermidades na população. Essa abordagem não apenas preserva a saúde das pessoas, mas também aprimora sua qualidade de vida, permitindo que desfrutem de um bem-estar duradouro.

Além disso, investir na prevenção de doenças tem um impacto significativo na promoção da saúde coletiva de maneira eficaz e sustentável. Ao reduzir a ocorrência de enfermidades, os sistemas de saúde podem direcionar seus recursos de forma mais eficiente, evitando gastos excessivos com tratamentos complexos e hospitalizações. Isso resulta em economia de custos e, ao mesmo tempo, contribui para a construção de uma sociedade mais saudável, na qual a prevenção é priorizada como uma estratégia-chave para o bem-estar geral (Pereira et al., 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo destaca a importância da gestão em saúde pública como um pilar essencial na promoção da saúde coletiva. Destaca-se a importância de abordagens integradas e estratégicas, que se mostraram fundamentais para o sucesso das políticas de saúde pública. Os

principais resultados obtidos reforçam a necessidade de fortalecer a atenção primária, investir e gerir recursos de maneira adequada, promover a participação ativa da comunidade, fomentar a colaboração intersetorial, adotar planejamento estratégico, investir em educação e formação em saúde, e enfatizar a prevenção e monitoramento de doenças.

Entretanto, é relevante mencionar que este estudo apresenta algumas limitações, incluindo a carência de dados detalhados sobre a implementação prática das abordagens integradas em diferentes contextos e a escassez de pesquisas que avaliem o impacto a longo prazo dessas estratégias na promoção da saúde coletiva. Nesse sentido, sugere-se que futuras investigações sejam conduzidas para avaliar de forma mais abrangente a efetividade das abordagens integradas em diversos cenários e populações. Além disso, explorar outras possibilidades de fortalecimento da gestão em saúde pública pode enriquecer ainda mais as políticas de saúde pública, contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável, resiliente e com políticas de saúde mais eficazes. Esses esforços contínuos são cruciais para o aprimoramento constante da saúde pública e para o alcance de melhores indicadores de saúde na coletividade.

No âmbito da gestão em saúde pública, é importante salientar que o contexto atual traz desafios adicionais que demandam abordagens ágeis e inovadoras. A pandemia da COVID-19, por exemplo, evidenciou a necessidade de respostas rápidas e coordenadas, o que reforça a importância do planejamento estratégico e da capacidade de adaptação dos sistemas de saúde. A utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) também se tornou uma ferramenta crucial na gestão, permitindo a coleta, análise e compartilhamento de dados em tempo real, o que é fundamental para o monitoramento de doenças e tomada de decisões embasadas em evidências.

Além disso, a promoção da saúde coletiva requer uma compreensão mais profunda das desigualdades em saúde, com a identificação e o enfrentamento das disparidades que afetam grupos populacionais específicos, como minorias étnicas, pessoas de baixa renda e comunidades marginalizadas. A abordagem centrada na pessoa, que considera as necessidades individuais e a participação ativa dos cidadãos nas decisões relacionadas à saúde, também ganha destaque como meio de garantir que as políticas de saúde sejam mais efetivas e adequadas às demandas da população.

Portanto, o aprimoramento da gestão em saúde pública é um processo contínuo e dinâmico, que deve levar em conta os desafios contemporâneos e as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. A pesquisa e a inovação desempenham um papel crucial nesse

contexto, fornecendo dados e conhecimentos que embasam a tomada de decisões e permitem a constante evolução das políticas de saúde pública em direção a uma sociedade mais saudável e resiliente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. N. et al. Evolução das políticas brasileiras de saúde humana para prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos: revisão de escopo. **Rev Panam Salud Publica**, 2023; 47:e77. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2023.77>.

ALMEIDA, J. M. C. de. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00129519, 2019.

ALONSO, C. M. do C.; BÉGUIN, P. D.; DUARTE, Francisco José de Castro Moura. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: metassíntese. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

AQUINO, J. M. et al. Participação comunitária no contexto da atenção básica em saúde na perspectiva de usuários. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 6, n. 1, p. 364-377, 2014.

ARAÚJO, Á. C. DE et al. Processo de trabalho para coordenação do cuidado na Estratégia de Saúde da Família. *Escola Anna Nery*, v. 27, p. e20220330, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/CVTB35Fcj5w9jH4r4dLstXd/?lang=pt>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

ARAÚJO, J. M. de; FERREIRA, M. A. M. A saúde em tempos de crise: lições a partir da Covid-19. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 1, p. 65-76, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e89817>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 60-80. Acesso em: 17 mai. 2023.

BISPO JÚNIOR, J. P.; MARTINS, P. C. Envolvimento comunitário na Estratégia de Saúde da Família: dilemas entre institucionalização e efetiva participação. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 22, p. 1313-1332, 2012.

BISPO JÚNIOR, J. P.; SANTOS, D. B. dos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00119021, 2021.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CARNUT, L.; NARVAI, P. C. Avaliação de desempenho de sistemas de saúde e gerencialismo na gestão pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 290-305, 2016.

CARVALHO, A. I.; BARBOSA, P. R. **Políticas de saúde: fundamentos e diretrizes do SUS**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

CUNHA, F. M.; MENDES, A. A abordagem da questão do trabalho no campo da Saúde Coletiva com seus limites e desafios: uma revisão narrativa. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, v. 13, p. e012, 2021. <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/1159>.

DERMINDO, M. P.; GUERRA, L. M.; VERNA CASTRO GONDINHO, B. O conceito eficiência na gestão da saúde pública brasileira: uma revisão integrativa da literatura. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1–17, 2020. <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/972>.

DIAS, P. C. et al. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00035218, 2019.

DIAS, P. C. et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00006016, 2017.

ESTRELA, C. (Org.). **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/cfi/1!/4/4@0.00:63.5>. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

FARIA, M. T. da S. et al. Saúde e saneamento: uma avaliação das políticas públicas de prevenção, controle e contingência das arboviroses no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2023, v. 28, n. 06, pp. 1767-1776. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.07622022>.

FERNANDES, F. dos S.; BORDIN, Ronaldo. Desempenho da gestão hospitalar por parcerias público-privadas no Sistema Único de Saúde. REAd. **Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 28, n. 03, p. 754-769, 2022. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.367.122332>.

FERNANDES, V. C.; SPAGNUOLO, R. S.; BASSETTO, J. G. B. A participação comunitária no Sistema Único de Saúde: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 1, p. 125-134, 2017.

FRACOLLI, L. A. et al. Perspectivas das ações intersetoriais, de inclusão e participação sociais desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 28, n. 1, p. 82-88, 2015.

FRACOLLI, L. A.; GOMES, Maria Fernanda Pereira; CHIESA, Anna Maria. Percepções dos agentes comunitários de saúde sobre as ações de promoção da saúde. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 14, n. 47, p. 49-54, 2016.

GLERIANO, J. S.; CHAVES, L. D. P.; KREIN, C.; HENRIQUES, S. H. Contribuições da avaliação para a gestão do SUS no enfrentamento das hepatites virais. **CuidArte, Enferm.**, v.

16, n. 2, p. 176-187, jul.-dez. 2022. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1434583>.

GUIZARDI, F. L.; MACHADO, F. R.de S.; LEMOS, A. S. P. Comunidade de Práticas da Atenção Básica à Saúde: memória do horizonte de uma gestão coletiva da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], 2022, v. 20, e00216170. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs00216>.

INÁCIO, A. L. C. PRÁTICAS DE GESTÃO EM SAÚDE: FUNDAMENTOS DE SAÚDE. **Saúde e Desenvolvimento**, v. 15, n. 8, 2019.

JORGE, M. S. B. et al. **Tecnologias e-Health em Gestão em Saúde: fundamentos para seu desenvolvimento e avaliação**. Curitiba: Crv, p. 274, 2021.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

MIRANDA, W. D. DE et al. Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. e00119022, 2023. <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZhvTDQQn6nxxDyKjFWDWQ8g/?lang=pt#>.

NEPOMUCENO, L. B. **Para atuar com a comunidade: estudo sobre a relação entre participação comunitária e estratégia de saúde da família do SUS no bairro Terrenos Novos em Sobral, Ceará**. 2010.

NERY, R. F. Problemáticas de saúde pública em região de tríplice fronteira: uma revisão integrativa. **Varia Scientia - Ciências da Saúde**, v. 7, n. 1, p. 48–57, 2021. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/26878>.

OLIVEIRA, P. S. D.; OLIVEIRA, M. C. Gestão e financiamento das ações na saúde pública: uma revisão da literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 6, p. S372-S378, 5 dez. 2018. <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8098>.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. Metodologia da pesquisa científica. [s.l.]: **Clube de Autores**, 2018. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

PERES, A. M. et al. Competencies required for Managers working in Public/Collective Health Care: Scoping Review. **New Trends in Qualitative Research**, Portugal, v. 8, p. 362–373, 2021. <https://www.publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/425>.

PESSOA, D. L. R.; RAMOS, A. S. M. B.; DIAS, A. M. C.; DE SOUZA, I. B. J.; RÊGO, A. S.; GONZAGA, L. de J. B. Os principais desafios da gestão em saúde na atualidade: revisão integrativa /The main challenges of health management today: integrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3413–3433, 2020. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/8949>.

PIRES, D. E. P. et al. PRIMARY HEALTHCARE MANAGEMENT: WHAT IS DISCUSSED IN THE LITERATURE. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2019, v. 28.e20160426. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2016-0426>.

PIRES, J.; CARNUT, L.; MENDES, Á. Saúde suplementar no Brasil pela economia da saúde: a persistência do pensamento econômico neoclássico. **JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care**, v. 13, p. e021, 2021. <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/1177>.

PRESTES, C. RS; PAIVA, V. SF. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 673-688, 2016.

SAMUDIO, J. L. P. et al. Agentes comunitários de saúde na atenção primária no Brasil: multiplicidade de atividades e fragilização da formação. **Trabalho, educação e saúde**, v. 15, p. 745-769, 2017.

SOBRAL, L. F.; BARROS, É. L.; CARNUT, L. A área de política, planejamento e gestão em saúde nas graduações em saúde coletiva no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 879-894, 2017.

VIEIRA, F. S. Reflexões sobre o papel das unidades de economia da saúde no âmbito de sistemas nacionais de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 306-319, 2016.